

## A Prisão-Fortaleza de Peniche

Por Rosalina Carmona



Fortaleza e Prisão de Peniche, anos 30 do séc. XX. Arq. Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

### Nota introdutória

A história da Fortaleza de Peniche, como lugar de reclusão, exílio e prisão, remonta a tempos muito anteriores a 1934<sup>1</sup>, data em que é oficialmente conhecida como prisão política sob dependência direta da PVDE, a polícia política tutelada pelo Ministério do Interior criada em 1933.

A Fortaleza de Peniche foi escolhida para prisão pelas suas naturais características geográficas, propícias ao isolamento daqueles que a ditadura do 'Estado Novo'<sup>2</sup> queria afastar da sociedade.

---

<sup>1</sup> Ainda que brevemente, referiremos: a Fortaleza albergou em 1868 um Depósito de Emigrados Espanhóis que ali foram 'internados'; em 1894 foi lá que funcionou um Depósito de Emigrados Brasileiros; em 1901 ali permanecia um grupo de refugiados *boers*; em 1917 é instalado na Fortaleza um Depósito de Concentrados alemães e austro-húngaros, detidos no decorrer da Grande Guerra, também denominado em documentos do Arquivo Histórico Militar "Depósito de Internados Inimigos de Peniche" cf. AHM/DIV/3/17/06/34/41 - e, finalmente, em 1934, o Depósito de Presos de Peniche. Vd. Roteiro da Exposição '*Por Teu livre Pensamento*', Museu Nacional Resistência e Liberdade – Fortaleza de Peniche, ed. Direcção Geral do Património Cultural, 1ª ed., Abril, 2019, pg. 52-54

<sup>2</sup> O termo 'Estado Novo' «foi cunhado por volta de 1930 e desde então nunca mais abandonado», cf. OLIVEIRA MARQUES, A.H. – *História de Portugal*, vol. III, Palas Editores, Lisboa, 1986, pg. 418. Na esteira deste autor, doravante e sempre que nos referirmos a este período histórico não o faremos de forma acrítica reproduzindo integralmente a forma como o regime fascista gostava de se autointitular, i.e., Estado Novo. Fá-lo-emos utilizando sempre a expressão entre comas, ou seja, 'Estado Novo'.

Se inicialmente constituiu uma plataforma por onde passaram muitos dos que serão enviados para as prisões e degredo nas antigas colónias portuguesas, mais tarde ganha especial relevo, na medida em que se tornará uma das prisões mais simbólicas do 'Estado Novo'. Este simbolismo advém de se ter tornado uma prisão destinada ao cumprimento de longas penas de condenação, mas, também por ter sido, em simultâneo, um lugar de repressão e resistência devido a acontecimentos que aqui tiveram lugar, como as várias lutas travadas pelos presos e, especialmente, as fugas, individuais e coletivas, algumas revestidas de grande arrojo e coragem levadas a cabo, e outras tentadas, pelos prisioneiros do Forte de Peniche.

Destinada aos presos políticos opositores do 'Estado Novo', a Fortaleza de Peniche, enquanto sistema prisional, passou por várias fases. Propomo-nos acompanhar a evolução desta prisão, os meandros administrativos por que passou até se tornar cadeia política da PVDE, as condições em que eram mantidos os prisioneiros e ainda, tentar uma aproximação ao quotidiano da vida prisional. Contamos fazê-lo através do cruzamento de informação disponível em várias fontes, como o Arquivo Nacional/Torre do Tombo, o Arquivo Histórico Militar, o Arquivo Histórico da Direção Geral de Reinserção dos Serviços Prisionais-Estabelecimento Prisional de Lisboa, o Gabinete de Estudos Sociais – Partido Comunista Português, o Arquivo da União de Resistentes Antifascistas Portugueses, além de informação e declarações verbais recolhidas junto de antigos presos políticos e/ou familiares.

É o resultado dessa investigação, ainda em curso, que procuramos aqui dar conta

#### **Prisão-Fortaleza de Peniche. Contexto político em que surge**



Vista geral da Fortaleza de Peniche, anos 50 do século XX. Col. Postais Adriano Constantino, Museu Nacional Resistência e Liberdade

A conjuntura política e social tumultuosa que se seguiu ao golpe de estado militar de 28 de maio de 1926 e a implantação da Ditadura Militar [reportam a](#) um tempo de grande violência

em Portugal e no mundo. A Espanha estava em vésperas da Guerra Civil, que terminará dando origem à II Guerra Mundial e, na Europa, o nazifascismo estava em ascensão.

A Ditadura Militar dá início a um processo que lhe permitirá a desarticulação do movimento operário, com a ilegalização da CGT logo em 1927, a extinção dos partidos políticos, a perseguição, prisão e deportação de dirigentes operários e militantes libertários e sindicalistas. Três anos após, em 1930, surgirá o único partido permitido pelo regime durante décadas, o partido de Salazar, a União Nacional.

Saída do golpe de 28 de maio de 1926, a Ditadura Militar insere-se no processo de institucionalização de uma outra ditadura de cariz fascista, mais violenta e longa no tempo, a ditadura do 'Estado Novo'. Através da Constituição de 1933 inspirada nos modelos constitucionais fascistas alemão e italiano, Salazar e o 'Estado Novo' vão construir o aparelho ideológico e repressor que dará a cobertura legal ao fascismo e à violência de estado.

São criados mecanismos como o Secretariado da Propaganda, os Serviços de Censura, o Estatuto do Trabalho Nacional, a Carta Orgânica do Império Colonial Português, a reorganização da polícia política, entre outros aspetos.

Refira-se que, a partir de 1933, com o aparecimento da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE)<sup>3</sup> começou, de forma organizada, a criação do aparelho burocrático da repressão, surgindo o Registo Geral de Presos<sup>4</sup>. Ao mesmo tempo que a PVDE se tornava uma das maiores máquinas repressoras e um dos pilares do regime fascista português foi surgindo um 'corpus' de medidas administrativas e judiciais, onde se incluem a criação de inúmeros locais de encarceramento em Portugal, nas ilhas insulares e nas colónias, como forma de reprimir e eliminar os opositores à ditadura do 'Estado Novo'.

Outros instrumentos legais da política salazarista foram a criação de Tribunais Militares Especiais, a criação da Legião Portuguesa e da Mocidade Portuguesa, criação de Comandos Militares Especiais em vários locais, incluindo as ilhas e antigas colónias, criação das prisões políticas e do Campo de Concentração do Tarrafal denominado oficialmente 'Colónia Penal de Cabo Verde' - entre muitos outros aspetos legais que serviram os propósitos e definiram a orientação ideológica fascista do regime.

Progressivamente, a partir da Constituição de 1933, Salazar foi imprimindo ao país uma mudança que liquidava mais de um século de experiência liberal, monárquica e republicana, impondo um novo rumo político autoritário e antiparlamentar, anticomunista e corporativo que vigorou em Portugal por meio século.

Todavia, a implantação do fascismo português não foi pacífica e encontrou pela frente oposição e resistência. A instabilidade permanente gerada pelas medidas de um 'Estado Novo' que se apresentava repressor e ditatorial vai acentuar-se, prolongando-se até final dos anos 30

---

<sup>3</sup> Diário do Governo, I Série, Nº 195, 29-08-1933, Decreto-Lei Nº 22992, 29-08-1933

<sup>4</sup> O Registo Geral de Presos constitui um dos mais impressionantes testemunhos do poder discricionário, métodos e ação brutal e repressiva da polícia política que, durante 48 anos foi o esteio do regime fascista. O Registo Geral de Presos é formado por milhares de fichas individuais referentes à detenção, deportação e perseguição política dos opositores à ditadura e contém os dados de 29.504 pessoas, entre homens e mulheres, perseguidos e detidos por motivos políticos. Atualmente no Arquivo Nacional/Torre do Tombo, o Registo Geral de Presos é composto por 148 livros numerados e está datado entre 1932-1974. Cf. PT/TT/PIDE/E/010, Livros 1 a 148.

de século XX. É um período pleno de rebeliões e insurreições, e constituiu a resposta desenvolvida por setores do aparelho militar que, no plano político, encontra eco nas organizações do movimento operário português, que se opõem com firmeza e resistência ao cerceamento das liberdades e do constitucionalismo democrático. Algumas destas ações assumem uma frente de combate mais radical à Ditadura Militar e marcam o período do Revirvalho.<sup>5</sup>

No plano militar, enquadram-se neste espírito as tentativas de reposição do sistema constitucional com pronunciamentos como a Revolta de fevereiro de 1927, a Revolta do Castelo em julho de 1928 e as várias revoltas ocorridas em 1931. Marcando um ano especialmente difícil para a Ditadura que enfrenta uma situação social explosiva, as revoltas de 1931 propagam-se da Madeira aos Açores e repercutem-se na Guiné, Cabo Verde e S. Tomé durante todo o mês de abril, conduzidas por militares deportados naqueles territórios sob o domínio administrativo e colonial português<sup>6</sup>. Em Lisboa e no Porto, também em abril e maio, registam-se greves e agitação estudantil e, ainda a 26 agosto de 1931, rebenta mais uma revolta em Lisboa, eco tardio das rebeliões insulares.

Do ponto de vista político ganham relevo levantamentos insurrecionais como o 18 de janeiro de 1934, organizado pela Confederação Geral do Trabalho, que viria a revelar-se uma pesada derrota com consequências profundas no futuro do movimento operário.

No ano de 1935 estalam movimentos de contestação à Ditadura, promovidos pela Comissão Intersindical e o Partido Comunista Português, com destaque para ações de propaganda relâmpago, como a “Semana de luta contra a guerra e o Fascismo” em 28 de fevereiro de 1935 no Barreiro<sup>7</sup>, ou no 1º de Maio em Lisboa e outras localidades do país, com a colocação de bandeiras, pinturas nas paredes e afixação de manifestos.<sup>8</sup>

No ano seguinte, 1936, na vila de Peniche, pela madrugada do 1º de Maio apareceram colocadas seis bandeiras e dísticos comunistas nos principais edifícios públicos como os Correios e Telégrafos, a Capitania do Porto, o Posto da Alfandega, a Central Elétrica e numa árvore, junto à Escola Oficial, ação que a PVDE denominou de «agitação comunista em

---

<sup>5</sup> «o termo Revirvalho, ou Reviralhismo, foi utilizado e assumido pelos revoltosos republicanos, democráticos e liberais, desde 1926 até à II Guerra Mundial e mesmo para além desse período. O termo parece estar associado à ideia de um movimento revolucionário relâmpago, com o objetivo imediato de reorientação democrática do regime político-militar em vigência.» FARINHA, Luís - “O Revirvalho: revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo (1926-1940)” [http://www.fmsoares.pt/aeb/biblioteca/indices\\_resumos/resumos/008270.htm](http://www.fmsoares.pt/aeb/biblioteca/indices_resumos/resumos/008270.htm) consultado em 01-04-2020

<sup>6</sup> Além de militares estas revoltas contam com a participação de civis, que acabam deportados para o degredo colonial, muito antes ainda da criação do Campo de Concentração do Tarrafal, em 1936. São civis ligados ao movimento operário e a correntes políticas libertárias e anarcossindicalistas que conspiram para derrubar a Ditadura Militar. Alguns, como é o caso de José Nobre Madeira, ferroviário do Barreiro, foi deportado para Cabo Verde em 1929, sob acusação de ter participado na Revolta de fevereiro de 1927 e na revolta do Castelo, em julho de 1928. Foi deportado e condenado a 13 anos de degredo nas colónias com residência fixa no concelho de Paul, ilha de Santo Antão. Desembarcou na cidade da Praia em 18 de julho de 1929 e só teve autorização de regresso ao continente em 24 de dezembro de 1941. Cf. CARMONA, Rosalina – “José Nobre Madeira. Um militante libertário condenado à deportação para Cabo Verde (1929)” Comunicação apresentada ao CONGRESSO TRABALHO E MOVIMENTO OPERÁRIO, 28, 29, 30 Nov., Câmara Municipal do Barreiro, Barreiro, 2013

<sup>7</sup> Vd. ‘Processo de Querela a Bento Gonçalves e outros’ (6 volumes), PT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-14234-1 e ss

<sup>8</sup> Além de manifestações em diversas zonas em Lisboa, houve também ações de protesto em Mafra, Torres Vedras, Montijo, Seixal, Alhos Vedros, entre outros locais. Cf. “Avante!” II Série, nº 7, Maio, 1935, pgs. 3,4, Gabinete de Estudos Sociais-Partido Comunista Português (GES-PCP)

Peniche»<sup>9</sup>. A polícia política invadiu várias habitações, detendo algumas pessoas acusadas de pertencerem «à Organização Comunista de Peniche»<sup>10</sup>. Três homens serão julgados em Tribunal Militar Especial e condenados a pesadas penas, dois dos quais sofreram o degredo nas colónias.

Ainda não terminara o ano de 1936 quando, a 8 de setembro, rebenta na Armada uma das últimas revoltas contra a ditadura, a Revolta dos Marinheiros, impulsionada pela Organização Revolucionária Armada (ORA), ligada ao PCP. Este levantamento seria esmagado violentamente, tendo sido mortos uma dezena de marinheiros revoltosos e a maior parte presos e deportados para o Campo de Concentração do Tarrafal. Alguns nunca voltaram vivos, daquela que foi uma das mais tenebrosas prisões atlânticas da ditadura do 'Estado Novo'.

Ali viriam a falecer mais de três dezenas de portugueses, de entre as centenas que o regime lá manteve encarcerados, mesmo após o cumprimento das longas penas a que foram condenados.

Em julho de 1937 tem lugar um atentado falhado contra Salazar, suportado em setores anarquistas e libertários, que o ditador acabará por manipular a seu favor, reforçando a sua imagem e a do dito 'Estado Novo'.

É neste contexto político e social que surge a Prisão-Fortaleza de Peniche no início dos anos 30 do século XX, como espaço de exílio forçado e, posteriormente, lugar de encarceramento. Muitos dos que conspiraram contra o 'Estado Novo', militares e civis, vão acabar por conhecê-la ao passar aqui longas temporadas, quer em residência fixa quer numa outra dura realidade, a vida de prisioneiro político.

Museu Nacional Resistência e Liberdade

20-07-2020

---

<sup>9</sup> AHM/TME, Nº Proc. 006/37, Pasta 36

<sup>10</sup> Segundo as fontes policiais, as bandeiras vermelhas teriam sido colocadas por Alberto de Jesus Salsinha, José da Costa, Saúl Gonçalves e «um indivíduo de nome Agostinho», pelo que todos foram incriminados e presos por esta ação. Vd. AHM/TME, Nº Proc. 006/37, Pasta 36